



Comissão de Fiscalização
Financeira e Controle

Relatório Anual

2015





Comissão de Fiscalização
Financeira e Controle

Relatório Anual

2015







Mesa da Câmara dos Deputados

55ª Legislatura

2015 - 2019

1ª Sessão Legislativa

Presidente - Eduardo Cunha

1º Vice- Presidente - Waldir Maranhão

2º Vice-Presidente - Giacobbo

1º Secretário - Beto Mansur

2º Secretário - Felipe Bornier

3º Secretário - Mara Gabrilli

4º Secretário - Alex Canziani

Suplentes de Secretário

1º Suplente - Mandetta

2º Suplente - Gilberto Nascimento

3º Suplente - Luiza Erundina

4º Suplente - Ricardo Izar

Diretor-Geral - Rômulo de Sousa Mesquita

Secretário-Geral da Mesa - Sílvio Avelino da Silva

Câmara dos Deputados

PRESIDÊNCIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

Presidente - Vicente Cândido

1ºVice-Presidente – Valtenir Pereira

2ºVice-Presidente – João Arruda

3ºVice-Presidente – Wellington Roberto

DIRETORIA LEGISLATIVA

Diretor Afrísio Vieira Lima Filho

DEPARTAMENTO DE COMISSÕES

Diretora Rejane Salete Marques

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO

FINANCEIRA E CONTROLE

Secretário Executivo Luiz Paulo Pieri

Edição: Dorgil Silva

Capa e Diagramação: Marcia Franca e Dorgil Silva

Revisão: Jair Francelino e Mônica Fernandes

O conteúdo e a revisão do texto desta publicação são de responsabilidade da CFFC

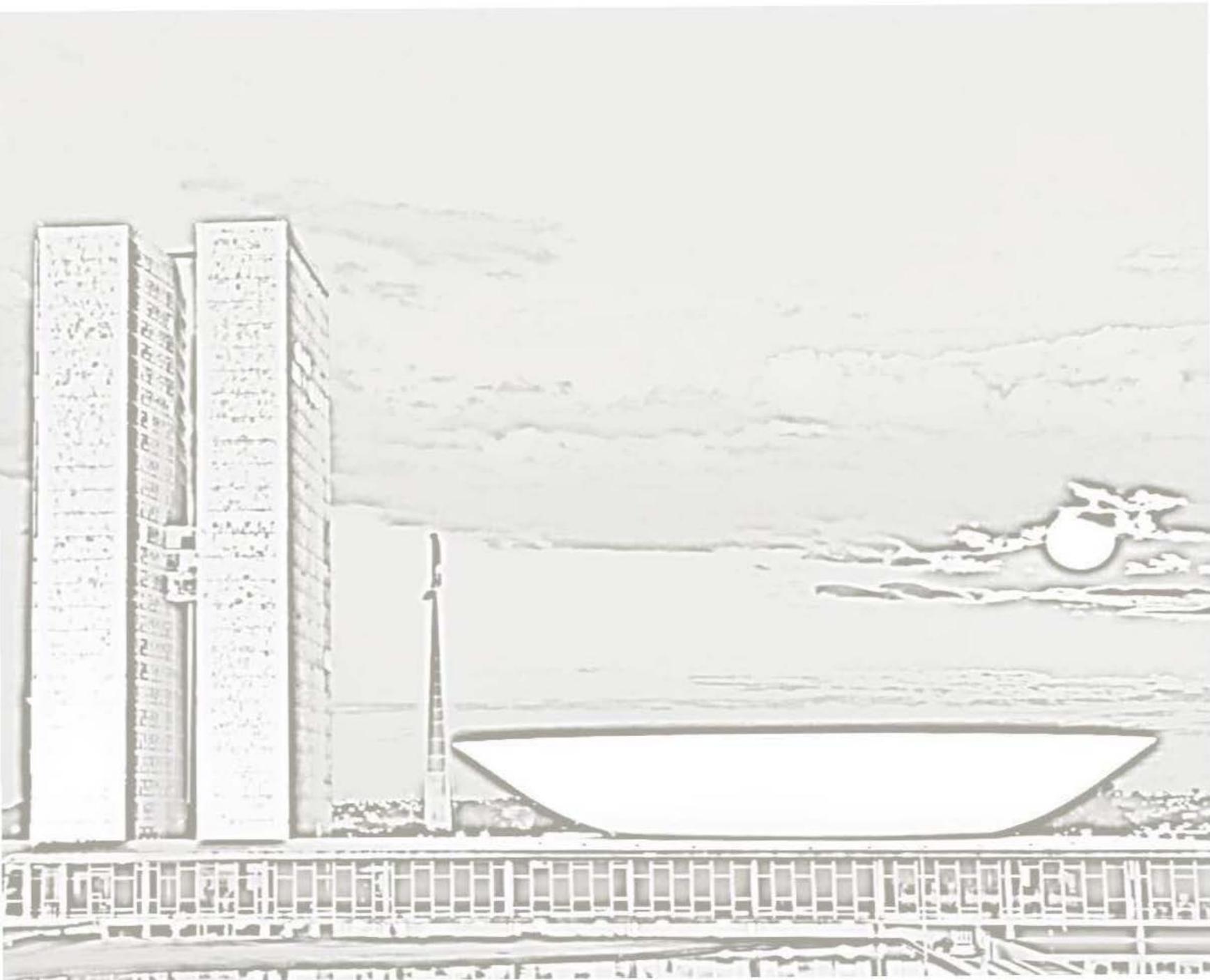
Câmara dos Deputados -

Anexo II- Praça dos Três Poderes, Anexo II, Ala A, sala 161, Brasília (DF) – CEP 70160-900

Telefones: 3216-6671 a 6675

FAX: 3216-6676

<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cffc>



Membros da Comissão - Titulares



Vicente Cândido
PT/SP
Presidente



Valtenir Pereira
1º Vice-Presidente



João Arruda
PMDB/PR
2º Vice-Presidente



Wellington Roberto
PR/PB
3º Vice-Presidente



Aníbal Gomes
PMDB/CE



Delegado Waldir
PSDB/GO



**Ezequiel
Teixeira (*)**
PMB/RJ



Fernando Francischini
SD/PR



Hissa Abrahão
PPS/AM



Hugo Motta
PMDB/PB



Leo de Brito
PT/AC



Lindomar Garçon
PMDB/RO



Marcos Reategui
PSC/AP



Mendonça Filho
DEM/PE



Nilton Capixaba
PTB/RO



Paulo Pimenta
PT/RS



Sandes Júnior
PP/GO



Simone Morgado
PMDB/PA



Toninho Wandscheer
PMB/PR



Uldurico Junior
PTC/BA



Valtenir Pereira
PMB/MT



Vanderlei Macris
PSDB/SP



Vinicius Gurgel
PR/AP

Membros da Comissão – Suplentes



Abel Mesquita Jr.
PMB/RR



**Adelmo Carneiro
Leão - PT/MG**



Antonio Bulhões
PRB/SP



Edinho Bez
PMDB/SC



Edio Lopes
PMDB/RR



Efraim Filho
DEM/PB



Esperidião Amin
PP/SC



Gilberto Nascimento
PSC/SP



Heitor Schuch
PSB/RS



Izalci
PSDB/DF



Jorge Solla
PT/BA



Luiz Cláudio
PR/RO



Marcelo Aro
PHS/MG



Paulo Feijó
PR/RJ



Rubens Bueno
PPS/PR



Rubens Pereira Júnior
PCdoB/MA



Sérgio Brito
PSD/BA



Vitor Valim
PMDB/CE



Waldenor Pereira
PT/BA



2015

Atribuições

A Câmara dos Deputados possui vinte e três Comissões técnicas que atuam em áreas específicas, tais como controle, fiscalização, agricultura, pecuária, desenvolvimento rural, defesa do consumidor, educação, cultura, seguridade social, transporte, esporte, turismo, entre outras.

Todas as comissões têm competência para fiscalizar os programas governamentais e a aplicação dos recursos públicos federais em suas respectivas áreas de atuação. A Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC), entretanto, possui competência fiscalizatória mais ampla, abrangendo toda a gestão orçamentária, financeira, contábil e patrimonial dos órgãos da administração direta e indireta do Governo Federal, não estando restrita, portanto, a uma área específica da Administração.

Também são atribuições da CFFC:

- **o acompanhamento de planos e programas de desenvolvimento nacional ou regional;**
- **a tomada de contas do Presidente da República; e**
- **a apreciação de representações do Tribunal de Contas da União (TCU) que objetivem a sustação de contratos irregulares.**

Para exercer o seu papel, a CFFC dispõe de quatro principais instrumentos: as Propostas de Fiscalização e Controle (PFC), os Requerimentos de Informação, as Audiências Públicas e as Representações.

Diante de indícios de irregularidades, a Comissão vale-se desses instrumentos para realizar auditorias, diligências, requisitar relatórios, balanços e informações sobre contas ou autorizações de despesas de órgãos e entidades da Administração Federal. Esses trabalhos podem ser realizados diretamente pela Comissão ou por intermédio do TCU, órgão que tem atribuição constitucional de auxiliar o Poder Legislativo no exercício do controle externo.

A PFC é um eficiente meio de fiscalização colocado a serviço da CFFC e é também utilizada pelas demais Comissões técnicas da Câmara dos Deputados (art. 61, do Regimento Interno). Pode ser apresentada por qualquer deputado à Comissão e o requisito preliminar para sua apresentação é a indicação de fato determinado a ser fiscalizado e a justificativa para providência solicitada.

Uma vez recebida a PFC, a Comissão deve designar o relator para apreciar a procedência e a importância da matéria e, se for o caso, propor as medidas necessárias para apurar as irregularidades apontadas.

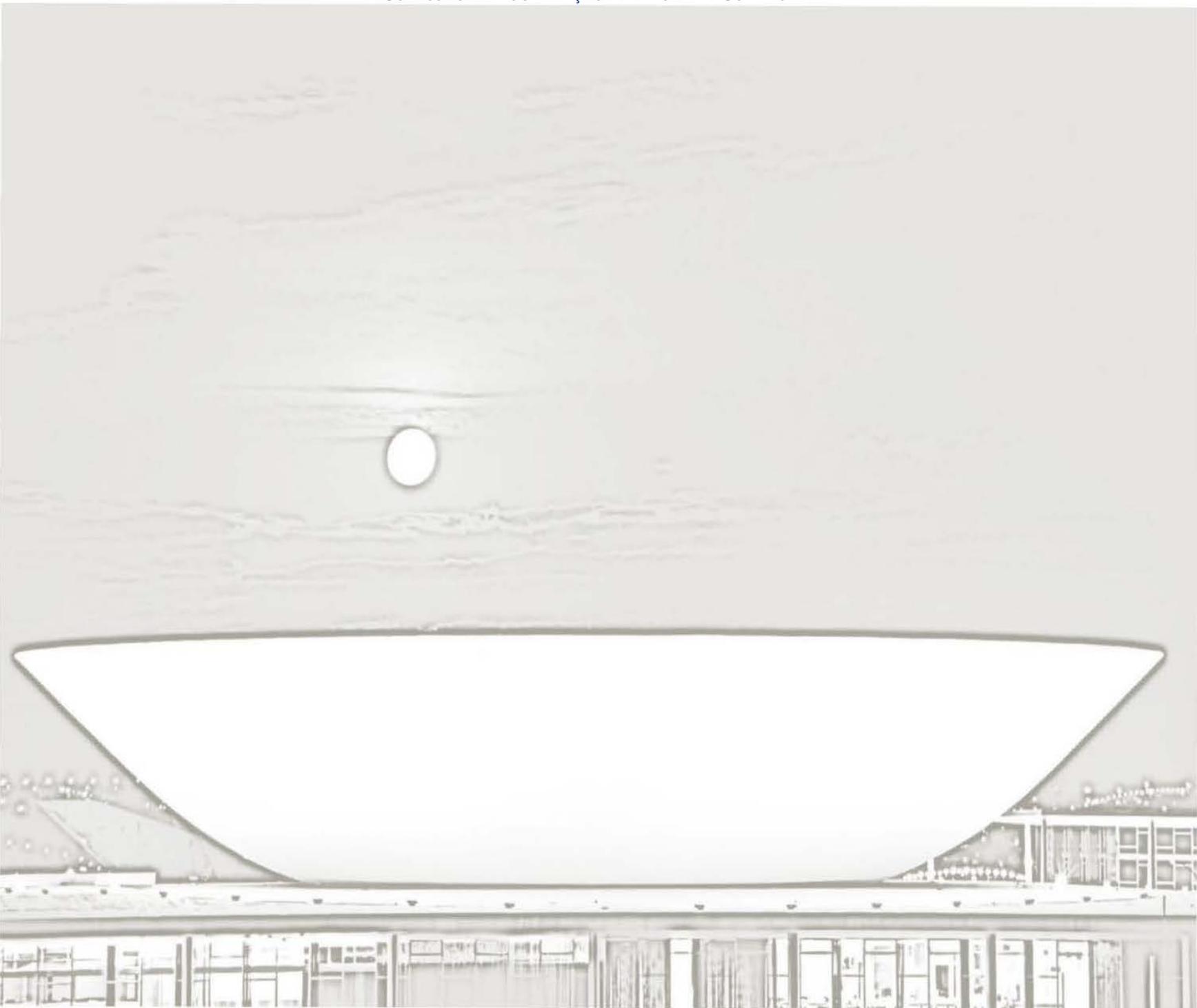
As Representações, por sua vez, possibilitam a interação entre o Parlamento e a sociedade na medida em que abrem um canal de comunicação entre eles. As Representações podem ser apresentadas por pessoa física ou jurídica para denunciar atos irregulares ou omissões das autoridades ou entidades públicas.

As denúncias apresentadas pelos cidadãos podem resultar na aprovação de PFC para que a matéria seja investigada com maior profundidade.

A CFFC também realiza audiências públicas, que são reuniões que visam promover o debate de parlamentares com autoridades, técnicos, especialistas e representantes da sociedade civil a fim de instruir matéria sujeita à sua apreciação, inclusive PFC, bem como para tratar de assuntos de interesse público relevantes relacionados às suas competências.

Sumário

1. APRESENTAÇÃO	13
2. TEMAS DE AMPLA REPERCUSSÃO	17
2.1. Acordo de Leniência	
2.2. Recuperação de Recursos Fora do País	
2.3. Combate à Sonegação	
2.4. Olimpíadas no Rio de Janeiro	
2.5. Dificuldades na Telefonia	
2.6. Atuação com o TCU	
2.7. Regime de Contratação	
3. OUTROS ITENS CONJUNTURAIS	37
4. ESTÍMULO À FISCALIZAÇÃO	41
4.1. Prêmio	
4.2. Cartilha	
5. VISITAS	45
5.1. Atuação Externa	
5.2. Recepção à Autoridade	
6. CFFC EM NÚMEROS	53
7. EMENDAS ORÇAMENTÁRIAS	55
8. EQUIPE TÉCNICA	57



Fiscalização e controle é atribuição do Legislativo

Câmara contribuiu para o enfrentamento de temas sensíveis aos Três Poderes



18.09 - Visita a estaleiro que demitiu mil trabalhadores em Angra dos Reis na crise que afetou a Petrobras

A Câmara dos Deputados, além do importante papel legislativo, tem a missão de fiscalizar o bom andamento das políticas públicas e de tudo que as afetem.

É missão da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle contribuir para que a Câmara exerça bem esse segundo pilar de sua missão institucional, como o nome indica.

Em uma República, a eficácia das políticas públicas é uma responsabilidade dos três poderes, que devem zelar pela economia, pelo desenvolvimento, pelo bem-estar da população.

Ciente das próprias atribuições, a CFFC enfrentou temas sensíveis aos poderes e também ao povo artífice do futuro e da riqueza.

Tudo isso foi perseguido sem arrogância, mas com firmeza, em busca da dignidade do Poder Legislativo. O relatório que apresentamos mostra que a CFFC atuou com esse objetivo.

Em um ano de crise econômica e de alto acirramento político, a CFFC encontrou caminhos para o debate e para o diálogo próprios de uma democracia.

Para tanto, contribuíram as ações de cinco subcomissões, que analisaram assuntos a elas atribuídos, e a participação de representantes da sociedade em encontros promovidos pela CFFC.

Em 2015, o ritmo não diminuiu. Ao contrário, progrediu o número de reuniões deliberativas e de propostas de fiscalização examinadas.

Temas que se destacaram: Lava-Jato, Zelotes, ativos-HSBC, Jogos Olímpicos, Telefonia

Os efeitos da Operação Lava-Jato foi o tema que mais exigiu a realização de encontros públicos, em Brasília e em alguns estados, assim como visitas técnicas da CFFC para conhecer situações específicas.

Destacou-se a atuação para que se preservassem as empresas nacionais, os empregos dos trabalhadores e o conhecimento acumulado, desenvolvido ao longo de décadas, especialmente na indústria naval-petrolífera.

A Comissão discutiu também o andamento da Operação Zelotes, focada inicialmente na sonegação de impostos por empresários, com ajuda de servidores, no valor total de R\$ 19 bilhões, superior ao investigado na “Lava-Jato”.

A divulgação da existência de ativos brasileiros na Suíça, que ensejavam prática de evasão fiscal, por meio de contas secretas no Banco HSBC, motivou reuniões e a conclusão da necessidade de aperfeiçoar a legislação penal.

As obras do parque olímpico no Rio de Janeiro e as dificuldades da telefonia fixa e móvel, que geram reclamações de usuários, foram igualmente objeto de debates na CFFC.

Os membros da Comissão aprovaram debates sobre o Tribunal de Contas da União, o regime diferenciado de contratação na administração pública, o controle de fronteiras, e outros temas de repercussão, como a tragédia em Mariana (MG).

O trabalho de três subcomissões temporárias e duas permanentes subsidiou as discussões

Três subcomissões temporárias foram instituídas para melhor subsidiar os debates sobre os efeitos negativos da Operação Lava-Jato, a recuperação dos ativos secretos em contas do HSBC no exterior e as dificuldades da telefonia no País. Os relatórios finais já foram divulgados.

Outras duas comissões, por terem caráter permanente, deverão ser reinstaladas ao início da próxima sessão legislativa. São a que examina a sonegação de impostos tratada na Operação Zelotes e a que acompanhará as contas das obras até depois da entrega do parque olímpico.

Os relatórios parciais das subcomissões permanentes também foram aprovados e já divulgados.

QUADRO DAS SUBCOMISSÕES	
SUBCOMISSÃO – OLIMPIADAS 2016 (SUBJOGOS)	Subcomissão Permanente para Acompanhamento e Fiscalização dos Jogos Olímpicos de 2016, no Rio de Janeiro-RJ.
Presidente:	Ezequiel Teixeira
Relator:	Vaitenir Pereira
Requerimento 8/2015. Data de Aprovação:	11/3/2015.
Data de Instalação:	
SUBCOMISSÃO – Operações da P.F. (SUBPF)	Subcomissão Permanente para acompanhamento das operações da Polícia Federal alusivas ao Sistema Tributário Nacional, no intuito de propor modificações normativas no sistema de administração de recursos fiscais.
Presidente:	Vaitenir Pereira
Relator:	Paulo Pimenta
SUBCOMISSÃO – ATIVOS no HSEB (SUBREATO)	Subcomissão Especial para recuperação dos ativos originários e produtos de crimes, encontrados no exterior, de forma eficiente e célere e investigar as contas secretas de brasileiros no Banco HSBC.
Presidente:	Vanderlei Macris
Relator:	Toninho Wandscheer
SUBCOMISSÃO – TELEFONIA (SUBTELEF)	Subcomissão Especial para acompanhamento e fiscalização operacional dos serviços de telefonia fixa e móvel no Brasil.
Presidente:	Wellington Roberto
Relator:	Edinho Bez
SUBCOMISSÃO – LAVA JATO (SUBLAVA)	Subcomissão Especial para debater os efeitos da “Operação Lava Jato” na economia e no índice de emprego do Brasil.
Presidente:	Jorge Solla
Relator:	Vaitenir Pereira

Cinco subcomissões facilitaram a organização do trabalho, com melhor coordenação de temas e tarefas

Audiências públicas garantiram a colaboração de especialistas e de organizações sociais

Audiências públicas realizadas em Brasília, além de permitirem questionar ministros de Estado, como o da Saúde, da Previdência e das Relações Exteriores, foram canal de expressão de especialistas e representantes sociais.

Petroleiros vieram à capital federal, bem como participaram de eventos em estados. Empresários, técnicos do TCU, procuradores, advogados, militares, contribuíram com o debate instaurado pela CFFC.

Na agenda, inseriram-se temas de repercussão. O polêmico exame das contas governamentais pelo órgão auxiliar, TCU, por exemplo, foi discutido em audiência com a participação do Advogado-Geral da União.



11.06 - Deyvid Bacelar
Sindipetro / BA



03.12 Karla Crosara
Anatel



20.05 - Hugo Barros
Polícia Fazendária



09.12 - Luiz Felipe
Forças Armadas



03.12 - Paulo Sisnando
Tribunal de Contas da União



09.12 - Roberto Alzir
Segurança Pública RJ



11.06 - Ivanildo Almeida
Petrobras



11.06 Ariovaldo Rocha
Sindicato Indústria Naval



27.08 - Além das audiências e das visitas técnicas merecem destaque dois outros eventos: O Seminário sobre contratação na administração pública (acima) e a premiação dos que fizeram diferença na fiscalização e na transparência.

CFFC apreciou 46,8% mais Propostas de Fiscalização do que a média de 2011 a 2014

Anualmente, proposições em número considerável deixam de ser analisadas por fatores internos e externos à Comissão. Apesar disso, em 2015, o número de propostas de fiscalização e controle examinadas foi superior 46,8% à média dos quatro anos anteriores, e o maior em cinco anos.

À semelhança, o número de reuniões ordinárias deliberativas, as que discutem e votam os diversos tipos de proposição, foi 10,6% maior do que a média dos quatro anos anteriores, e o maior em cinco anos. Mesmo com todas as atribuições da Sessão Legislativa de 2015, o ritmo foi aperfeiçoado.

Se, por um lado, é possível afirmar que o primeiro ano de uma Legislatura é mais produtivo historicamente do que os demais, é também forçoso reconhecer que jamais houve um início de trabalhos legislativos com impasses e dificuldades tão evidentes quanto o de 2015.

Ao final desta apresentação, é importante destacar a contribuição de todos os deputados federais integrantes da CFFC, assim como os suplentes, sempre disponíveis para auxiliar nos trabalhos quando convocados. E o agradecimento aos assessores, servidores da equipe técnica e demais assistentes da Comissão, em especial os consultores legislativos e de orçamento.

Ritmo foi mantido em ano crítico



Proposições apreciadas em 2015



(*) Vicente Cândido é presidente da CFFC

Comissão enfrentou inúmeros assuntos polêmicos

Em período de acirramento político, a CFFC encontrou caminhos para o debate

Na atuação fiscalizadora do bom andamento das políticas públicas e de tudo que as afetem, a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle encontrou caminhos para o debate de assuntos polêmicos, com o objetivo, comum aos três poderes, de zelar pela economia, desenvolvimento e bem-estar da população.

Reúnem-se nesta seção oito temas sensíveis em 2015: "Operação Lava-Jato", Acordos de Leniência, Contas Secretas do HSBC no exterior, "Zelotes", Jogos Olímpicos, Telefonia, Exame das Contas da Presidência da República pelo TCU e Regime Diferenciado de Contratação.

Esses oito temas são destaques porque foram objeto de análise de subcomissões e grupo de trabalho, e abordados, de modo planejado, em diversos encontros públicos. Os efeitos negativos da "Lava-Jato", por exemplo, além de subcomissão, contaram com a criação de um Fórum Permanente de Debates.

Outros assuntos e eventos conjuntamente importantes, assim como as ações anuais, entre elas a premiação da transparência e fiscalização pública e a apresentação de emendas orçamentárias, estão contemplados nas demais seções do relatório, em sequência.

Imagens de apresentações de expositores em audiências públicas

<p>Efeitos da "Lava-Jato"</p>	<p>Acordo de Leniência</p>	<p>Ativos do HSBC no exterior</p>	<p>Sonegação de impostos</p>
<p>Jogos Olímpicos</p>	<p>Qualidade da Telefonia</p>	<p>Atuação do TCU</p>	<p>Regime de Contratação</p>

Lava-Jato foi examinada em diversos aspectos

Subcomissão e Fórum delinearam alternativas aos efeitos negativos da Operação



24.06 - CFFC constituiu grupo com trabalhadores e empresários com objetivo de construir alternativas para evitar extinção de contratos e investimentos, redução da atividade econômica e aumento do desemprego

Para debater os efeitos da “Operação Lava-Jato” na economia e no índice de desemprego do Brasil, a CFFC realizou diversas audiências e encontros públicos, em Brasília e em outros estados, assim como realizou visitas.

Além disso, instituiu uma Subcomissão Especial, constituída por deputados, e, por sugestão desta, criou um Fórum Permanente de Debates com a participação de representantes empresariais, do governo, de representantes dos trabalhadores e de especialistas, para encontrar soluções que minimizassem os efeitos negativos decorrentes da ação policial e judicial.

Pelo número expressivo de reuniões que trataram dos diversos efeitos da “Lava-Jato”, é evidente que foi o assunto sobre o qual a Comissão mais deteve atenção em 2015.

“Devemos, sim, separar o joio do trigo”, enfatizou o Relatório Final da Subcomissão Especial. “Mas não podemos permitir que empresas inteiras, as subcontratadas e os trabalhadores paguem por crimes cometidos por diretores e executivos”. A CFFC inseriu-se no esforço para encontrar meios de garantia da retomada de investimentos, sem riscos à engenharia nacional e ao Estado de Direito.

Alternativas para a preservação dos investimentos e de empregos foram requeridas



22.07 – Reunião com representantes dos trabalhadores do setor de óleo e gás, da indústria naval, de empresários e do governo federal, em sala do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), para propor alternativas à retração econômica

No esforço empreendido pela Comissão para a retomada dos investimentos, suspensos ou retraídos no curso da “Lava-Jato”, destacou-se a defesa das empresas nacionais, dos empregos dos trabalhadores e do conhecimento desenvolvido ao longo de décadas pela indústria naval-petrolífera brasileira.

O prejuízo para a economia brasileira com a suspensão de contratos entre Petrobras e empresas, que levou à retração de investimentos, foi estimada pela Fundação Getúlio Vargas em aproximadamente R\$ 87 bilhões em 2015. A Comissão instou a Petrobrás, o Governo e poderes a encontrar alternativas à retração econômica, que alcançou os setores de óleo e gás, com prejuízos sociais.

Comissão defendeu as prerrogativas dos advogados e o direito à ampla defesa dos réus

Em consideração a reclamações de inúmeros advogados que atuavam nas ações judiciais consequentes à Operação “Lava-Jato”, a CFFC realizou audiência pública em defesa das prerrogativas do exercício da defesa dos réus. Convidados defenderam as prerrogativas e afirmaram desconhecer violações.

Alguns deles condenaram, entretanto, a “espetacularização” das ações policiais e o vazamento de informações sigilosas, atribuindo-se à Imprensa, e não ao Ministério Público ou à Polícia Federal, a responsabilidade pelo espetáculo das prisões e vazamentos. O dever do Judiciário é trabalhar com base no processo.



08.04 – A imprensa havia divulgado reclamações de advogados que se declaravam limitados no exercício constitucional de suas atividades profissionais. A possibilidade de ajustes na legislação para garantir direitos constitucionais foi considerada.

Petrobras foi instada a examinar problemas socioeconômicos consequentes à investigação

Em visita técnica à sede da Petrobras, em junho, os impactos da Operação “Lava-Jato” na economia e no índice de empregos foram discutidos com diretores da estatal. Antes, a Comissão já havia debatido o tema com a presença de petroleiros, de engenheiros, de industriais e do governo federal no Sindicato dos Administradores do Estado.

Além do desemprego e demais prejuízos para a economia, a CFFC alertou para a queda de arrecadação de impostos decorrente da retração dos investimentos. Conforme estudos da Fundação Getúlio Vargas, a arrecadação diminuiria em quase R\$ 6 bilhões, montante aproximadamente igual ao que a “Lava-Jato” pretendia restituir aos cofres públicos.

Nos primeiros contatos, antes de deputados irem à sede no Rio de Janeiro, a Petrobrás negara prejuízos decorrentes da “Lava-Jato”.

Durante a reunião no Rio, com a presença de representantes da Central Única dos Trabalhadores, do Sindipetro da Bahia, da Associação dos Engenheiros e da Federação das Indústrias do Paraná, diretores da Petrobrás solicitaram mais tempo para responder aos questionamentos da Comissão.

Comprometeram-se a apresentar estudos detalhados que indicassem, no balanço contábil da empresa, a influência ou não da Operação “Lava-Jato” na retração dos investimentos da empresa e na suspensão de contratos.

Até o final da Sessão Legislativa Ordinária de 2015, dia 22 de dezembro, entretanto, a direção da Petrobrás não encaminhou à CFFC a conclusão, nem sequer comunicou se já chegara a alguma conclusão. Fica a pendência: reconhecimento de prejuízos, com respectivos valores, em decorrência da “Lava-Jato”.



11.06 – Em audiência presidida pelo Deputado Jorge Solla, Comissão reitera questões à Petrobras



23.09 – Fórum discutiu convites a diversas autoridades. Ao centro, o Deputado Valtenir Pereira, ao lado de Vicente Cândido

Segmentos envolvidos falaram em defesa do desenvolvimento e dos direitos do trabalhador

“Tornar a sociedade ética não pode justificar torná-la mais pobre” – disse o presidente da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro. Para o empresário, “o tempo econômico é muito mais curto que os tempos jurídicos e políticos. Estamos diante de um risco sistêmico. Há uma iminente quebra das maiores empresas”.

“O setor mais interessado em extirpar a corrupção é o dos trabalhadores. É o nosso suor, o nosso sangue que vai pelo ralo” – afirmou o secretário de relações internacionais e empresas privadas da Federação Única dos Petroleiros. A entidade sustenta que a abertura de financiamentos deve honrar direitos e postos de trabalho.

O presidente do Clube de Engenharia – Brasil, na editoria Opinião do Jornal do Comercio, afirmou: “a corrupção não pode ser pretexto para abertura indiscriminada do mercado a produtos e serviços estrangeiros, fragilizando empresas brasileiras, com conhecimento que lhes garantiu a presença no mundo.

Essas manifestações estão registradas no Relatório Final da Subcomissão sobre a “Lava-Jato”, que anotou também a opinião do presidente da Confederação Nacional da Indústria na coluna IstoÉ Dinheiro: falando sobre os desdobramentos da Operação, reconheceu que pode haver impactos negativos no desempenho da economia já em 2015.



Firjan – O presidente Eduardo Eugenio Gouveia Vieira disse que o tempo econômico é mais curto que os tempos jurídico e político e era preciso evitar quebras



FUP – O secretário João Antônio de Moraes expressou o posicionamento dos petroleiros: a abertura de financiamentos deve honrar direitos e postos de trabalho. Os trabalhadores têm interesse no fim da corrupção



Clube de Engenharia – Brasil – O presidente Pedro Celestino Pereira Filho criticou a abertura indiscriminada do mercado a produtos e serviços estrangeiros



CNI – O presidente Robson Braga de Andrade reconheceu que pode haver impactos negativos na economia, ao ser entrevistado sobre os desdobramentos da Operação “Lava-Jato”

O alerta ecoou: a indústria naval pode perder conhecimento competitivo gerado em décadas

Conforme o relatório da Subcomissão que analisou os impactos da Operação “Lava-Jato”, a indústria naval brasileira foi muito atingida. No momento passa dificuldades com a prática constante da demissão de trabalhadores, em razão da interrupção de pagamentos de contrato em andamento.

Os efeitos também são indiretos. “Com a deflagração da operação, bancos fugiram da estratégia nacional de fortalecimento da indústria naval, da responsabilidade de disponibilizar recursos, promover o investimento. É insuficiente o crédito do BB, da CEF, do BNDES, e o do BTG Pactual e City Bank.

O relatório sustenta que muitas empresas estrangeiras foram contra o modelo de partilha do Pré-Sal. “Pode haver intenção de usar as investigações da Lava-Jato para fragilizar, ou destruir, o conteúdo nacional”. Por isso, seria responsabilidade do governo federal encontrar alternativas técnica, jurídica, política e econômica para induzir ao desenvolvimento.

Além dos bancos que costumavam financiar o desenvolvimento da indústria Naval, a Petrobrás, com a diminuição do preço do barril de petróleo, restringiu o investimento. Com isso, estaleiros fecham, desemprego aumenta e há o risco de perda de competitividade do conteúdo nacional desenvolvido em décadas.



02.07 – Manifestações pela defesa do chamado conteúdo nacional aconteceram em audiências convocadas para discutir a crise da indústria naval. O conhecimento brasileiro foi desenvolvido em décadas e corre risco de descontinuidade e até perda

Em conclusão, a Subcomissão afirmou que o Brasil é um país de costa enorme e precisa de estar na vanguarda, assumir protagonismo na indústria naval, com aprimoramento constante de tecnologia. Com a indústria petrolífera, ocorre o mesmo. Há muitas empresas estrangeiras com interesse no Pré-Sal.

Ademais, conclui a análise da Subcomissão, é necessária a presença do governo na elaboração de estratégias, na definição dos encaminhamentos, na chamada de todos os setores produtivos e políticos à responsabilidade. A indústria naval representa 15% do PIB Nacional.

Comissão preocupa-se em separar o joio do trigo

Para manter empregos, CFFC defende acordo entre governos e empresas investigadas



08.07 – Fórum com Armando Monteiro, titular do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Compareceram mais de 50 representantes de segmentos considerados prejudicados com o risco iminente aos contratos



25.03 – Em audiência pública, a CFFC convidou autoridades para ouvir pontos de vista diversos sobre as dificuldades geradas pela paralisação das atividades de empresas investigadas. Combatida, a ideia de viabilizar acordos de leniência fortalece-se

Com vistas à preservação de empresas nacionais, dos empregos dos trabalhadores e do conhecimento acumulado, especialmente na indústria naval-petrolífera, uma das discussões no âmbito da CFFC foi a de destravar a legislação para permitir os acordos de leniência.

Com esses acordos, é possível separar o joio do trigo. As empresas cumprem suas obrigações e colaboram para que dirigentes que tenham cometido crimes possam ser processados, julgados e punidos, sem que tenham de interromper contratos ou sejam impedidas de efetivar novas contratações.

Para facilitar os acordos de leniência, foi aprovado um projeto da própria CFFC com mudanças na Lei de Combate à Corrupção, quando havia questionamentos sobre a possibilidade da Controladoria-Geral da União estabelecer tais acordos.

Na gradação de punições, até a troca de controle acionário poderia vir a ser exigida. As mudanças foram solicitadas em reuniões com representantes de empresários e trabalhadores. Esses últimos reiteraram a necessidade de compromissar empresas a garantir direitos trabalhistas e empregos.

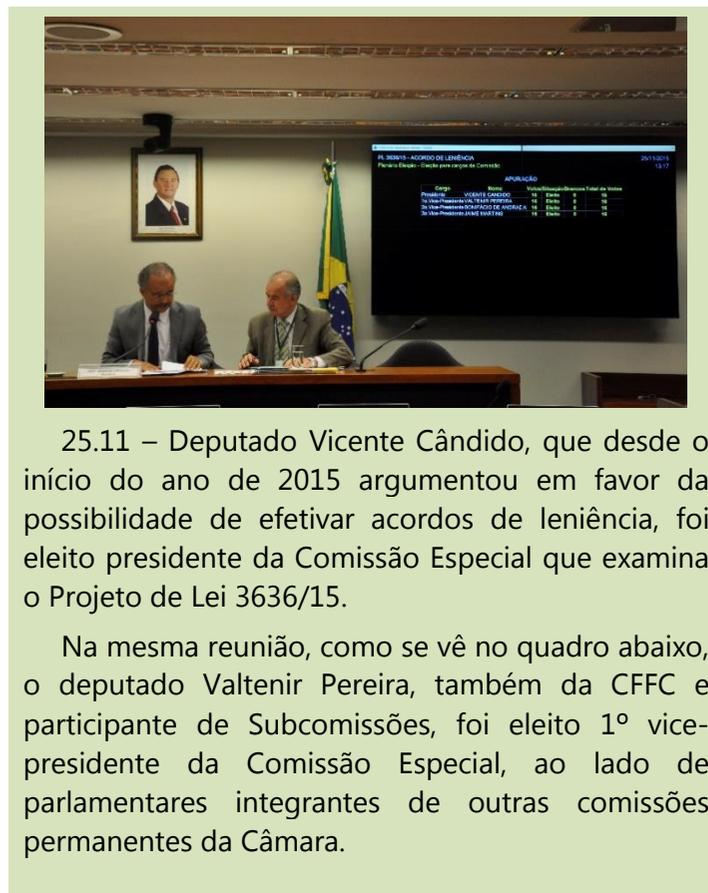
Debate sobre acordo de leniência deu lastro à criação de comissão especial e edição de MP

A existência de discussão institucional - em que opinavam, entre outros órgãos, a Controladoria-Geral da União e o Tribunal de Contas da União - e de projetos sobre Acordo de Leniência ensejou a criação pela Câmara dos Deputados de uma Comissão Especial para examinar alterações na lei anticorrupção.

O presidente da CFFC foi eleito para presidir a Comissão Especial, instalada em novembro. O relator da Subcomissão sobre a Operação "Lava-Jato" compôs a chapa como vice-presidente.

Após algumas semanas de discussão, o Poder Executivo antecipou-se e editou dia 21 de dezembro, Medida Provisória, que tem força de lei, sobre o mesmo tema. O Congresso examina a MP na sessão legislativa de 2016.

O debate continua. Manifestações de diversas instituições, autoridades, representação de empresários e de trabalhadores já são de conhecimento do Congresso Nacional.



25.11 – Deputado Vicente Cândido, que desde o início do ano de 2015 argumentou em favor da possibilidade de efetivar acordos de leniência, foi eleito presidente da Comissão Especial que examina o Projeto de Lei 3636/15.

Na mesma reunião, como se vê no quadro abaixo, o deputado Valtenir Pereira, também da CFFC e participante de Subcomissões, foi eleito 1º vice-presidente da Comissão Especial, ao lado de parlamentares integrantes de outras comissões permanentes da Câmara.

PL 3636/15 - ACORDO DE LENIÊNCIA			
Plenário Eleição - Eleição para cargos da Comissão			
APURAÇÃO			
Cargo	Nome	Votos	Situaçã
Presidente	VICENTE CANDIDO	16	Eleito
1o. Vice-Presidente	VALTENIR PEREIRA	16	Eleito
2o. Vice-Presidente	BONIFÁCIO DE ANDRADE	16	Eleito
3o. Vice-Presidente	JAIME MARTINS	16	Eleito

Ativos do HSBC na Suíça revelaram evasão fiscal

Contas foram mantidas secretas para evitar pagamento de impostos e outros tributos

Os desdobramentos da denúncia da existência de contas secretas de brasileiros no Banco HSBC que serviriam como meio ilícito para a evasão fiscal motivou a CFFC a instituir a Subcomissão Especial para tratar do assunto.

O “SwissLeaks” foi abordado em audiências públicas, uma delas com a presença do jornalista que obteve a lista das contas secretas de 2006 e 2007 por meio do Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos.

Constam da lista de contas secretas do HSBC 8.657 correntistas brasileiros, entre pessoas físicas e jurídicas, sendo 400 de “grande relevância jornalística e interesse público”.

Nos dois anos investigados, o conjunto das contas mantinha aproximadamente R\$ 7 bilhões, mais do que o volume de recursos investigado na Operação “Lava-Jato”.



07.05 – Deputado Vanderlei Macris, presidente da Subcomissão do HSBC, ouve o jornalista Fernando Rodrigues, que divulgou a lista de contas secretas de brasileiros na Suíça Expositores, em audiências posteriores, discutiram o aperfeiçoamento das leis nacionais e estrangeiras para evitar ilícitos no exterior.

Para o jornalista que obteve a lista, caberia não à Imprensa, mas à Polícia Federal e à Receita Federal verificar a existência de crimes de sonegação fiscal e evasão de divisas.

Expositores defenderam mais acordos entre governos e aperfeiçoamento da legislação



01.07 - Delegado de Polícia Federal, Wilson Rodrigues de Souza



01.07 - Secretário de Cooperação Jurídica Internacional do Ministério Público Federal, Vladimir Aras

Lacunas na legislação podem dificultar validação de provas de crimes praticados fora do País

As leis brasileiras e suíças consideram as informações obtidas no chamado “SwissLeaks” como provas ilícitas, porque obtidas por ex-funcionário do HSBC suíço. O governo francês, entretanto, validou as provas utilizando a Convenção de Mérida, assinada pelo Brasil e já ratificada pelo Congresso Nacional.

Embora a lei anticorrupção tenha obtido diversos progressos, a Subcomissão Especial indicou a necessidade de regulamentação do instituto do denunciante de boa-fé.

A cooperação jurídica e policial entre o Brasil e outros países deve também ser regulamentada, assim como o País deve estabelecer tratados de cooperação em matéria tributária – sugeriu o Relatório Final da Subcomissão aprovado em dezembro.

Com relação ao Brasil, o órgão defendeu a ampliação dos prazos de prescrição e decadência tributária, e uma lei que estabeleça o compartilhamento de informações entre autoridades tributárias e financeiras.



Legislativo deve acompanhar o trabalho realizado pelos órgãos governamentais



01.07 – Deputado Hissa Abraão inicia Audiência Pública sobre as contas secretas do HSBC na Suíça

A Comissão decidiu que irá manter uma atuação sistemática de acompanhamento dos trabalhos oficiais relativos à investigação do caso das contas secretas do HSBC na Suíça.

Para cumprir esse objetivo, será necessário requerer relatórios semestrais dos Ministérios da Fazenda e Justiça, da Polícia Federal e do Ministério Público Federal.

O Relatório Final da Subcomissão sugeriu essa continuidade.

CFFC apoiou a Zelotes no combate à sonegação

Ação do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais foi desvirtuada por quadrilhas



13.05 – Frederico Paiva, do setor de Combate à Corrupção da Procuradoria da Receita, mostra ação que abrangia escritórios de advocacia, empresas, algumas mais conhecidas, e auditores da própria Receita



20.05 – Delegados da repressão a crimes fazendários e de Polícia Fazendária explicam como se operava a sonegação de impostos no CARF, pela redução ou anulação de multas com base em pareceres falsos

O esquema de diminuição e até anulação de multas da Receita Federal durante a apreciação dos recursos impetrados administrativamente por empresas junto ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais chegou ao conhecimento do Ministério Público por meio de carta anônima. Investigadores disseram haver comprovação de desvios de pelo menos R\$ 5,9 bilhões.

A CFFC acompanhou de perto o desenrolar da Operação Zelotes, por meio de uma Subcomissão instituída com o caráter de permanente. Houve também diversas audiências públicas sobre a trama.

Participavam das irregularidades empresas, escritórios de advocacia e contabilidade, servidores públicos e membros do próprio CARF.

Integrantes da Subcomissão questionaram, em audiências públicas, as decisões judiciais relativas à Operação Zelotes. O acesso ao inquérito foi sempre difícil, houve troca de juízes, prisões solicitadas não foram autorizadas; e somente ao final do ano houve formalização de denúncia. Entre os suspeitos, há também autoridades constituídas e diversas empresas conhecidas, inclusive uma ligada à comunicação social e outra ligada a autoridade de controle.

Casos investigados no CARF somam R\$ 19 bilhões que não chegaram aos cofres públicos

Os investigadores definiram como foco apenas 74 recursos entre centenas julgados pelo CARF, entre 2005 e 2015. Esses casos totalizaram diminuição de multas em R\$ 19 bilhões, três vezes o investigado na Lava-Jato.

Segundo técnicos da Procuradoria da República do Distrito Federal, a União vence 95% dos julgamentos, mas os 5% restantes representam 80% do valor dos débitos em julgamento no Conselho. O relator da Subcomissão criticou o sigilo seletivo da Operação Zelotes.



20.05 – Deputado Paulo Pimenta criticou o sigilo seletivo da Zelotes, ao lado dos colegas Adelmo Leão e Toninho Vandscheer, em audiência pública sobre a Operação

Comissão deverá sugerir ao Congresso Nacional o aperfeiçoamento do Sistema Tributário

O Ministério da Fazenda procedeu a alterações no modo de funcionamento e na composição do Conselho, após a deflagração da Operação Zelotes, para evitar as brechas com base nas quais age a quadrilha que estimula a sonegação em troca de propina.

A Comissão Parlamentar de Inquérito instituída pelo Senado, ao final dos trabalhos, recomendou o indiciamento de 28 pessoas por crimes como sonegação fiscal e corrupção ativa e passiva.

Na primeira denúncia, apresentada em novembro pelo Ministério Público Federal, 16 investigados foram acusados formalmente de corrupção. Os desdobramentos deverão ser acompanhados em 2016.

Conforme o Relatório da Subcomissão, o Ministério Público Federal solicitou o levantamento do sigilo. Com o pedido negado, o órgão manifestou incômodo com o que chamou de vazamento seletivo de informações sobre a Operação Zelotes.

Como as ações policiais não estão encerradas e há necessidade de acompanhar outras operações com impacto no Sistema Tributário Nacional, a Subcomissão será reinstalada no início da próxima Sessão Legislativa.

Ao apresentar o Relatório Parcial 2015, a Subcomissão já informou que irá propor à CFFC gestões, inclusive legislativas, para garantir modificações normativas de modo a coibir a sonegação e melhorar a administração fiscal.



Redimensão sobre Foto: Renato Sette Câmara/Prefeitura do Rio - <http://fotospublicas.com/termos-de-uso/>

Obras para os jogos olímpicos são fiscalizadas

Foco em 2015 foi mobilidade urbana, custos e andamento da execução contratual

A Copa do Mundo de 2014 foi alvo de ilações, denúncias e predições que a levariam ao insucesso. No entanto, ocorreu o contrário, e o País mostrou capacidade de sediar e organizar grandes eventos.

As Olimpíadas também são alvo de críticas de insucesso. Para contribuir com a efetivação, a fiscalização e o controle dos jogos olímpicos, a CFFC instituiu uma Subcomissão Permanente.

Ao longo do ano, os atrasos em obras foram alvo de alerta. A CFFC aprovou diversos requerimentos de pedidos de informação aos órgãos de controle, nos âmbitos da União, do Estado e do Município do Rio de Janeiro.

A Subcomissão cobrou dos órgãos envolvidos a conclusão das obras nos prazos ajustados e o respeito ao planejamento e ao princípio constitucional da economicidade, questionando alterações de valores que não tivessem justificativa relevante.

E constatou que alguns reajustamentos não foram acompanhados de explicações consolidadas.

Com relação a atrasos nas obras de mobilidade urbana, foi apresentada proposta de fiscalização e controle, em andamento, com procedimentos atualmente a cargo do TCU, coordenador-geral de fiscalização do evento.

O acompanhamento das ações continuará até o período posterior à realização dos jogos

Parte de eventual déficit quanto à realização dos jogos – nos atos jurídicos efetivados até agosto de 2015 – será suportado pela União. Isso reforça a necessidade de controle quanto à economicidade e eficiência.

Possível déficit operacional do Comitê será compartilhado entre União, Estado e Município do Rio de Janeiro. Diversos atos de fiscalização foram iniciados pela corte de contas estadual.

A comprovação dos legados é um argumento para a continuidade das ações da Subcomissão até o período posterior à realização dos jogos.

Muitos legados são esperados. Com a realização dos jogos olímpicos, anteciparam-se políticas públicas, obras prontas já são utilizadas e aguarda-se acúmulo de conhecimento que auxilie estado e município a prestarem melhor serviço de segurança.

Informações sobre gastos

No Relatório Parcial 2015, a Subcomissão noticiou que aguardava informações conclusivas do Ministério dos Esportes, da Empresa Olímpica Municipal, da Controladoria e da Prefeitura do Rio quanto à evolução dos gastos.

Olimpíadas motivaram reuniões conjuntas de comissões e ações próprias da CFFC



09.12 – A segurança no parque olímpico foi debatida com a presença de autoridades do Rio de Janeiro em ação conjunta da Comissão de Esporte com a de Fiscalização Financeira e Controle



12.05 – Em audiência da CFFC, o deputado Ezequiel Teixeira informou sobre o trabalho da Subcomissão dos Jogos Olímpicos. Documentos foram solicitados a órgãos de controle de diversos níveis

Operadoras de telefonia devem ser transparentes

É preciso insistir para que as empresas mostrem como irão solucionar problemas



21.05 –Deputados Vicente Candido, Lindomar Garçon, Wellington Roberto e Edinho Bez em reunião de planejamento da Subcomissão de Telefonia

Desde 2013, grupo de trabalho foi criado com a participação da CFFC para acompanhar a fiscalização operacional dos serviços de telefonia móvel. De lá para cá, houve algum avanço, mas a qualidade ainda é precária.

Uma Subcomissão Especial deu continuidade ao grupo de trabalho. Os problemas estão apontados. Diversas visitas e outras ações foram planejadas e executadas, mas a CFFC decidiu continuar atuando para que as empresas exponham as soluções em andamento, em favor do usuário, até o alcance das metas definidas.

Diariamente são noticiadas reclamações de usuários por dificuldades no uso de telefones



03.12 - Audiência Pública discutiu a qualidade dos serviços de telefonia móvel e fixa no Brasil

Reclamações relativas à telefonia ocupam sempre os primeiros lugares das pesquisas. Quase diariamente, reclamações de clientes são noticiadas nos jornais. Apesar dos avanços, mantém-se a insatisfação com os serviços.

A Agência Nacional de Telefonia, reguladora do setor, prometeu implementar medidas para aumentar a participação dos usuários nas pesquisas sobre a qualidade dos serviços. Com aplicativo para celular, queixas serão facilitadas. A dificuldade em efetivar queixas é uma das mais frequentes reclamações dos consumidores

Tributação do setor foi discutida em audiência com empresários e órgãos reguladores

Impostos da esfera federal respondem por seis por cento do preço dos serviços de telefonia. O peso maior fica com a incidência do ICMS cobrado pelos estados. O grande volume de recursos arrecadados com a carga tributária deve propiciar serviço melhor.

A variedade e o crescimento do alcance dos serviços, possibilitado por investimentos de fundos públicos, cria também as condições para exigir das empresas melhoria do atendimento.

Os fundos têm sido utilizados na popularização dos serviços, com financiamento de infraestrutura que possibilita a expansão da cobertura de celulares e banda larga, integrando inclusive municípios pouco desenvolvidos.

Empresários, em audiência, ainda sustentam, entretanto, que os processos de autorização são lentos e o uso dos fundos setoriais limitado. A Lei Geral de Comunicações é de 1997 e pode vir a ser melhorada, até para coibir diversos abusos.

Apesar das melhorias constantes, as metas de qualidade não têm sido cumpridas

Em reunião com a Anatel, Ministério das Comunicações, TCU e empresas de telefonia, reconheceu-se avanço, embora moroso, na qualidade dos serviços, e melhorias na transparência, fiscalização e atendimento. Metas estabelecidas, porém, não foram alcançadas. A Telebrás, empresa pública, informou que contribui para a interiorização da telefonia em áreas em que as empresas privadas não demonstram interesse de investir ou explorar.



03. 12 – Durante exposição sobre qualidade dos serviços de telefonia, houve críticas também à tributação do setor. Segundo o sindicato das empresas, foram pagos R\$ 60 bilhões de impostos em 2014 em serviços e produtos. As empresas defenderam mudanças na legislação para que os fundos setoriais sejam usados na expansão da cobertura de celulares e da banda larga.



CFFC ouviu AGU sobre exame das contas de 2014

Representantes do TCU participaram de diversas audiências promovidas na Comissão



14.07 – AGU registrou presença em reuniões de diversos temas

A regularidade das contas do governo federal, objeto de questionamento pelo Tribunal de Contas da União com base no uso das chamadas “pedaladas fiscais”, foi defendida pelo Advogado-Geral da União, em audiência pública conjunta da CFFC com as Comissões de Finanças e Tributação e Mista do Orçamento. Para ele, não houve intencionalidade de contornar a lei.

O TCU sustentou que as manobras configuraram operações de crédito na forma de empréstimos de bancos públicos ao Tesouro Nacional. Isso estaria em desacordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal. O AGU afirmou que essas operações não se caracterizariam como de crédito, e o Tribunal, em anos anteriores, julgara em conflito com a posição atual.



14.07 – Audiência reuniu deputados de três comissões

Cabe ao Congresso Nacional confirmar ou rejeitar a posição do TCU quanto às contas governamentais de 2014, decisão que será paradigmática no exame das contas presidenciais dos anos seguintes.

Representantes do tribunal foram convidados para apresentar suas opiniões em audiências públicas sobre diversos temas abordados pela Comissão. Além disso, o TCU contribuiu examinando situações questionadas nas propostas de fiscalização e controle sugeridas pela CFFC. O reconhecimento do papel da corte de contas e sua importância para o País foram considerados na decisão da Comissão de fiscalizar o cumprimento de princípios constitucionais, o que inclui eficácia e eficiência, também pelo TCU.

CFFC aprova fiscalizar TCU no cumprimento de princípios administrativos constitucionais

Com ineditismo e polêmica, a Comissão aprovou Proposta de Fiscalização e Controle que instituiu medidas para fiscalizar atos do TCU quanto ao respeito a princípios administrativos.

Os atos de fiscalização e controle do TCU serão realizados com apoio dos órgãos técnicos da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, e, se necessário, do Poder Executivo.

A fiscalização incidirá, por exemplo, sobre processos de aquisição de bens e serviços e de prestação de contas, além do exame dos atos das áreas contábil e operacional, dentre outras.

Os relatórios encaminhados periodicamente pelo TCU foram considerados insuficientes. As conclusões da fiscalização serão apresentadas primeiramente à CFFC.



18.03 – Aroldo Cedraz (D) propôs “Brasil 100% digital”. Deputado Espiridião Amim tece considerações sobre a evolução do TCU e a importância do tribunal auxiliar



01.10 – Representantes do TCU em reunião na Comissão

TCU não resiste às decisões tendenciosas

Ainda em março, o presidente do TCU visitou informalmente a Comissão e falou sobre o trabalho do tribunal como órgão fiscalizador. Na ocasião, disse aos parlamentares que não cabe à corte adotar tendências políticas e ideológicas. “No dia em que ocorrer, a instituição morre”.

Afirmou ainda que o Brasil deve evoluir tecnologicamente para o meio digital, em busca de melhoria das políticas públicas, e solicitou apoio da CFFC para atingir esse objetivo.

Em nova visita, em outubro, o titular do TCU disse que o órgão está cada vez mais informatizado, o que aumenta a possibilidade de transparência. Todos os órgãos públicos devem trabalhar para que o Brasil seja “100% digital” – enfatizou, ao propor ações conjuntas.

O presidente da CFFC concordou com a parceria, corroborando a ideia que os processos sejam mais transparentes, em todos os órgãos, com dados abertos ao cidadão.

Reuniões estudaram riscos e vantagens do RDC

Regime Diferenciado de Contratação tem sido adotado em obras de infraestrutura

Em audiência sobre impactos da “Lava-Jato” houve manifestações de apoio à revisão do Regime Diferenciado de Contratações, utilizado, entre outras entidades públicas, pela Petrobrás desde 2011, em obras de infraestrutura.

O RDC aperfeiçoou o regime licitatório simplificado que vigorava desde a Emenda Constitucional nº 19, de 1998, e permitia à Petrobrás, empresas públicas e sociedades, contornar a Lei 8.666/93, a das Licitações.

Poucos dias antes da reunião, membros da CFFC, em consultoria técnica, já discutiam a Lei de Licitações e os riscos e vantagens do RDC, assuntos tratados com base em mais de 130 projetos de lei que tramitam na Câmara dos Deputados.

Em continuidade aos estudos, Lei de Licitações e RDC foram o tema do VI Seminário Nacional de Fiscalização e Controle de Recursos Públicos, realizado meses depois com a presença de diversas autoridades.

O evento reuniu, em diversos painéis, representantes dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, além de especialistas na área de licitação. O objetivo foi iniciar o caminho para aprimoramento da legislação



27.08 - Seminário sobre contratação no serviço público contou com a presença de especialistas no Nereu Ramos



27.08 - Painéis discutiram temas específicos, como o aprimoramento dos critérios e do processo de licitações

Bons projetos executivos são essenciais para a segurança dos empreendimentos

No seminário sobre fiscalização e controle de recursos públicos, foi ressaltada a falta de agilidade, eficiência e transparência nos processos licitatórios. A modernização da legislação foi a indicação de juristas e técnicos.

A exigência de bons projetos executivos destacou-se como uma das iniciativas para que o Estado contrate melhor e receba com segurança os serviços e obras que venha a adquirir, garantidas a economia e a qualidade.

Especialistas participaram de seminário sobre contratação pela administração pública



José Gilberto
Confefa



Rafael Gerard
DNIT



Wesley Rocha
CNM



Adalberto Alves
PGE-SP



R. Rosemberg
SEPAC

Contratar cooperativas com recursos públicos foi tema discutido em reunião posterior



12.11 – Deputado Léo de Brito com representantes de cooperativas que participaram de audiência sobre desafios enfrentados pelas organizações associativas, especialmente as de serviço, na contratação com o setor público. Alterações legislativas foram reivindicadas

Em reunião específica, discutiram-se os desafios enfrentados pelas Cooperativas na prestação de serviços à Administração Pública brasileira.

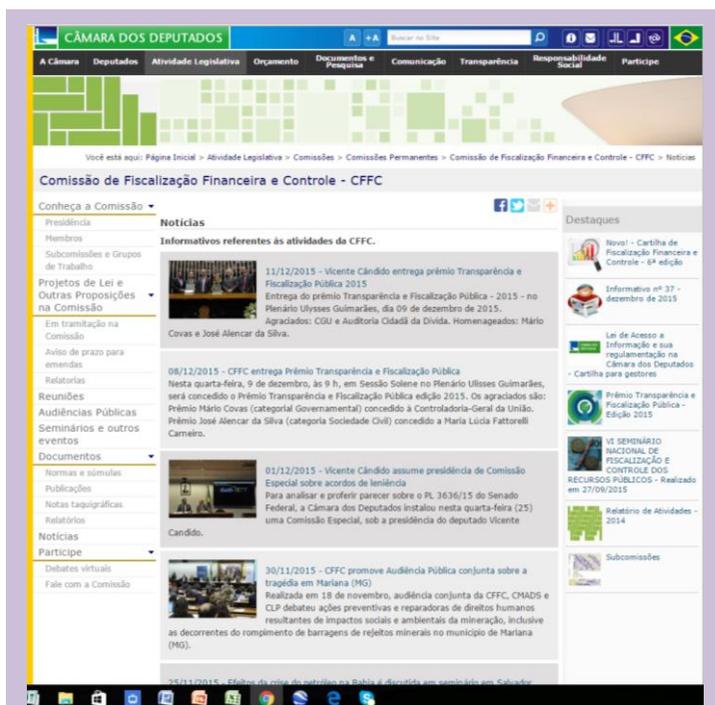
A área de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego considerou positiva a legislação, por ampliar direitos dos cooperados.

A Organização das Cooperativas Brasileiras defendeu melhor regulamentação da legislação, em defesa das cooperativas de serviço, já que as de produção dispõem de prazo de carência.

O Ministério Público do Trabalho condenou o falso cooperativismo, que recupera a figura do patrão por meio da locação de mão-de obra. Em cooperativa não deve haver subordinação.

A Comissão repercutiu diversos outros assuntos

Audiências trataram casos, às vezes inesperados, como a tragédia de Mariana



As audiências públicas possibilitam que os deputados ouçam segmentos sociais, autoridades e especialistas.

Isso facilita a busca de informações, teses e opiniões, para que os parlamentares possam firmar o convencimento sobre os assuntos para posterior elaboração legislativa e indicação aos órgãos competentes de medidas administrativas adequadas.

Por meio da página da CFFC no Portal da Câmara dos Deputados (acima), o interessado encontra informações preparadas pela equipe sobre o que ocorre na Comissão: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cff>

Ao longo da Sessão Legislativa Ordinária de 2015, outros temas e eventos conjuntamente importantes ocuparam a CFFC na missão de zelar por economia, desenvolvimento e bem-estar da população.

O Relatório completo da Comissão, publicado na página da CFFC no Portal da Câmara dos Deputados, contém mais de 200 páginas que relatam com mais detalhes esse esforço. O relatório completo apresenta também as informações principais de cada proposta de fiscalização e controle, representação e requerimento votados.

Aqui, nesta edição sucinta, destacamos, outros temas, como a tragédia de Mariana (MG), a maior tragédia ambiental ocorrida no País em um único acontecimento, e a tentativa de solução para a indenização dos desalojados pela obra da Barragem de Sobradinho (BA), que esperam um desfecho há mais de 30 anos.

Além desses, são ressaltados o tratamento dado pela Comissão à Lei de Combate à Corrupção, à questão do controle de fronteiras, às penas relativas a más práticas de empresas de capital aberto e à valorização da carreira da Advocacia-Geral da União.

Incidente em Mariana enseja discussão sobre ações reparadoras de direitos humanos



18.11 – Audiência pública conjunta com outras comissões examinou as consequências do rompimento da barragem de Fundão, treze dias antes, considerado o maior desastre ambiental do País, além de causar mortes e desaparecimentos

Em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Minorias, a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e a Comissão de Legislação Participativa, a CFFC examinou as ações preventivas e reparadoras resultantes dos impactos sociais e ambientais da mineração. O fato motivador foi a tragédia em Mariana (MG).

O rompimento da barragem de Fundão, da mineradora Samarco, provocou consequências ambientais comparáveis a um tsunami de lama e rejeito tóxico. Na audiência, houve sugestões de mudança na legislação que torne obrigatórias medidas preventivas e suprima o limite máximo de multas a empresas responsáveis por desastres ambientais.

Após mais de 30 anos, governo atua para garantir indenização a desalojados de Sobradinho

Em compromisso firmado na CFFC, a Secretaria-Geral da Presidência da República comprometeu-se a apresentar alternativas de acordo extrajudicial para dar fim ao processo de indenização de 230 famílias desalojadas com a construção da Barragem de Sobradinho (BA).

A Associação dos Moradores dos Povoados Atingidos pela Barragem de Sobradinho informou que a empresa de economia mista responsável pela construção se negava a fazer acordo, mesmo com propostas de parcelamento e de redução de juros, e preferia aguardar a decisão judicial, que ainda deve demorar.



10.09 – Deputado Jorge Solla (C) e o Secretário de Diálogos Sociais da Presidência da República, José Tadeu Almeida (D), que firmou compromisso de negociar a indenização com órgãos do governo federal e a Chesf

Por meio de anteprojeto de Lei, Comissão discutiu mudanças na Lei de Combate à Corrupção

Propostas de modificações na Lei de Combate à Corrupção foram discutidas na CFFC com base em um anteprojeto cujo sentido é de evitar a paralisação de segmentos econômicos durante a investigação e os processos judiciais sobre indícios de condutas ilícitas. A legislação não previu operações do alcance da “lava-jato”.

Embora tenha sido aprovada a conversão do anteprojeto em projeto de lei, a CFFC optou por ampliar a discussão sobre o tema com ajuda de outros órgãos e representações políticas da Câmara dos Deputados, o que propiciou um ambiente legislativo mais favorável às mudanças sugeridas.



15.07 – Comissão aprovou transformação de anteprojeto em projeto de lei. Esse passo foi importante na criação de ambiente legislativo favorável a mudanças que coíbam a corrupção sem prejuízos à economia nacional

Expositores defendem regulamentação do controle das fronteiras com legislação específica



04.11 – Auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União apontou fragilidades e indicou a unificação de forças de proteção das fronteiras para um controle efetivo de área com extensão de 16 mil km

Debate sobre elaboração de legislação específica para regulamentar a fiscalização, o controle e a segurança nas fronteiras brasileiras reuniu auditores fiscais da Receita, policiais federais e policiais rodoviários federais. A faixa de fronteiras abrange 16 mil quilômetros de extensão em 11 estados.

Para inibir crimes transnacionais, conflitos fundiários, injustiça social e degradação ambiental, recomendou-se a unificação da ação das instituições públicas que operam nas fronteiras. Reprimidos os crimes, aumentam as potencialidades turísticas, valorizam-se as rotas comerciais e sociais no oeste da América do Sul.

CVM considera insuficientes penas por más práticas de grandes empresas de capital aberto



21.05 - Audiência pública das comissões de Finanças e Tributação (CFT) e de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC) discutiu os desdobramentos no mercado de ações para que acionistas não saíssem prejudicados com a crise na Petrobras

A Comissão de Valores Mobiliários, que analisa obrigações de administradores públicos e de empresários quanto ao mercado, participou de reunião conjunta da CFFC com a Comissão de Finanças e Tributação.

Na ocasião, informou que investigava a política de preços praticada pela Petrobrás. Ao todo, eram doze processos relativos à estatal.

Entre as investigações, motivadas por questionamentos de investidores, a CVM debruçava-se sobre a participação de fundos de pensão entre os acionistas da estatal.

Todas as grandes empresas de capital aberto são auditadas, segundo a CVM, mas as penas que coíbem falta de transparência e más práticas seriam insuficientes para impedi-las.

Comissões convergem para a valorização da carreira da Advocacia-Geral da União

O distanciamento entre os valores pagos aos servidores das carreiras jurídicas da Advocacia-Geral da União e aos profissionais das demais carreiras essenciais à Justiça motivou a realização de outra audiência conjunta da Comissão de Finanças e Tributação com a CFFC.

A Procuradoria-Geral Federal argumentou que cabe ao Congresso Nacional atuar para a valorização da AGU, por meio do reconhecimento dessas carreiras. O caminho seria a aceleração do trâmite de propostas de emenda à Constituição já apresentadas, além do aumento do número dos servidores de apoio.



07.07 – Procurador Renato Vieira defende a valorização das carreiras jurídicas da AGU ao lado de outras essenciais à Justiça

CFFC premia transparência e fiscalização pública

Câmara confere diploma nas categorias Governamental e Sociedade Civil



09.12 – Solenidade de entrega do Prêmio no Plenário Ulysses Guimarães. O troféu exprime o direito social à transparência e à fiscalização dos recursos solidários, públicos, valores universais da dignidade humana

É um direito do cidadão o acesso livre a informações que não sejam de caráter sigiloso.

Salvo nos casos expressos na Constituição e em leis específicas, a transparência é uma condição para que haja efetiva fiscalização pública do uso de recursos originados do pagamento de impostos, taxas e demais contribuições da população.

Esse é o fundamento da concessão do Prêmio Transparência e Fiscalização Pública, a órgãos e pessoas que se destaquem nessas práticas, nas categorias: Governamental e Sociedade Civil.

Concedido pela Câmara dos Deputados, representada pela Mesa Diretora e a CFFC, o prêmio 2015 foi entregue em Sessão Solene no Plenário Ulysses Guimarães.

A Comissão, em reunião deliberativa em data anterior, aclamara como patronos José Alencar e Mário Covas, autoridades consideradas promotoras dos valores da transparência e da fiscalização pública.

Em seguida, elegera os vencedores, que receberam os diplomas e os troféus que caracterizaram a premiação deste ano.

Vencedores recebem diploma de menção honrosa

Controladoria-Geral da União e auditora-fiscal Maria Lúcia Fattorelli são os premiados

Em outubro, os deputados federais da CFFC aclamaram como patronos o ex-vice-presidente da República, José Alencar, categoria Sociedade Civil, e o ex-governador de São Paulo, Mário Covas, categoria Governamental, falecidos.

Na mesma reunião, escolheram os ganhadores do prêmio. A auditora fiscal Maria Lúcia Fattorelli da Receita Federal foi a mais votada para a série Sociedade Civil, e a Controladoria-Geral da União, órgão do Poder Executivo, venceu na categoria Governamental.



09.12 – Auditora fiscal e representante do CGU com o diploma ao lado de deputados em Sessão Solene

Prêmio é entregue a órgãos e pessoas que fortaleçam a gestão eficaz de recursos públicos

Na categoria Governamental, é valorizada a melhor experiência de transparência e de fiscalização realizada por órgão, entidade ou agente da Administração Pública.

O troféu é concedido também ao mais dedicado esforço ou à melhor experiência de fiscalização pública efetivada por pessoa ou entidade da Sociedade Civil.

Após as indicações, a CFFC escolheu por aclamação os indicados para patrono em 2015



Mário Covas

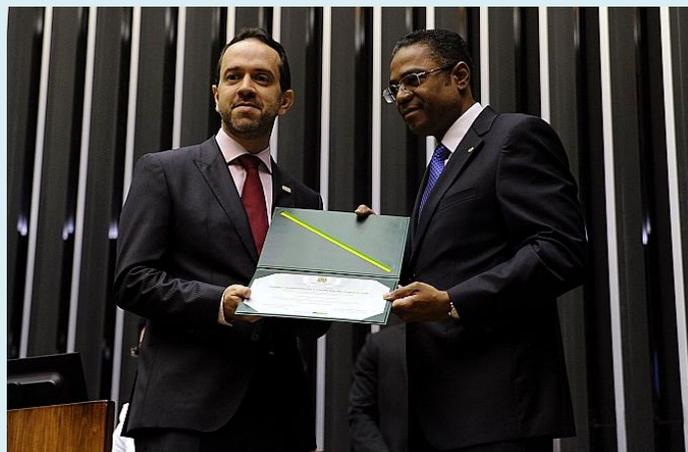
Ex-governador de SP, homenageado na categoria Governamental. Indicado pelo Presidente da CFFC, Vicente Cândido



José de Alencar

Ex-vice-presidente da República, homenageado na categoria Sociedade Civil. Indicação do Deputado Antônio Bulhões

Controladoria-Geral da União foi escolhida na categoria Governamental



09.12 – Em nome do Ministro Chefe da GCU, Carlos Higino Alencar recebeu a menção honrosa do presidente da Comissão de Esporte, Deputado Márcio Marinho, que indicou o órgão

Como estabelece o Regulamento do Prêmio Transparência e Fiscalização Pública, líderes partidários ou presidentes de comissões permanentes fizeram as indicações em 2015.

Entre seis candidaturas de órgãos públicos, a Controladoria-Geral da União sagrou-se vencedora obtendo seis entre catorze votos.

Durante a solenidade, houve o reconhecimento a iniciativas da CGU, entre elas a defesa do patrimônio público e da transparência, favorecidas pela Lei de Acesso à Informação.

A CFFC alterou o regulamento para 2016: todos os deputados poderão assinar indicações.

Auditora fiscal Maria Lúcia Fattorelli foi agraciada na categoria Sociedade Civil

Por onze votos, na categoria Sociedade Civil, a CFFC escolheu a auditora fiscal Maria Lúcia Fattorelli, coordenadora nacional da Auditoria Cidadã da Dívida do Brasil, com onze votos.

Para ela, os jovens que atuam na entidade lutam pelo Brasil, país com muitas possibilidades.

O presidente da CFFC ressaltou, na solenidade, que um novo Brasil está sendo construído para as novas gerações, com a criação de mecanismos de controle e transparência cada vez mais aperfeiçoados.

O prêmio faz parte de um conjunto de ações para trazer mais igualdade ao País – avaliou.



09.12 – Maria Lúcia Fattorelli, da Auditoria Cidadã da Dívida, recebeu o diploma do deputado Edmilson Rodrigues, líder do partido que a indicara ao prêmio

Cartilha facilita o controle dos agentes públicos

O incentivo à participação social fiscalizadora é a principal motivação da edição anual



Na capa, a lupa simboliza o olhar mais atento do cidadão, em busca das melhores práticas públicas

Além de premiar boas práticas, anualmente a CFFC lança uma cartilha para motivar instituições e cidadãos a exercerem responsabilidades e direitos constitucionais quanto à transparência e a fiscalização dos atos, bens e valores públicos. A participação social é bem vista e estimulada.

A Cartilha de Fiscalização Financeira e Controle é um manual que facilita a identificação de irregularidades, indica as principais práticas viciosas e introduz noções de orçamento necessárias à utilização das informações disponíveis. Traz até modelos de representação, denúncia e notícia criminal.

Deputados vão aonde os problemas estão

Além das necessárias ações externas, a Comissão recebe representantes e autoridades

A sede da Câmara dos Deputados é o Palácio do Congresso Nacional, em Brasília, onde se realizam as audiências públicas e reuniões deliberativas das comissões temáticas e as sessões plenárias dos 513 deputados. A CFFC integra parlamentares dedicados à fiscalização e ao controle de políticas e de recursos públicos.

Cada comissão dispõe de plenário específico, sala de reuniões e gabinete nos quais recebe autoridades que a visitam e atende representações sociais. Por vezes, no entanto, é necessário ir aonde os problemas estão. Os deputados participam de visitas e encontros nas unidades federativas – DF, estados e municípios.

É importante debater fora da sede da Câmara



07.07 - Representantes de mais de 30 entidades de trabalhadores e empresariais, acompanhados por parlamentares do Fórum Permanente para a construção de alternativas aos impactos da Operação Lava-Jato, conversam com o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Armando Monteiro

Receber visitantes também é ato rotineiro



09.04 - Dirigentes da Comissão recebem em reunião informal o presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, Eduardo Eugêncio Vieira, acompanhado do ex-ministro das Cidades, Márcio Fortes, atualmente assessor especial da Firjan. Na pauta, a necessidade de retomada do desenvolvimento do País

As atuações externas são aprovadas e autorizadas

Parlamentares participam de eventos fora do Congresso e realizam visitas técnicas

Já em março, mesa redonda abordou efeitos negativos da Operação Lava-jato

Para discutir os impactos da Operação “Lava-Jato” e as perspectivas de preservação do emprego, já em março, a CFFC promoveu encontro na sede da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro. Estavam ameaçados de paralisação 144 empreendimentos industriais.

Estudo divulgado pela Firjan mostrava indícios de perda de R\$ 423,8 bilhões em investimentos, dos quais R\$ 109 bilhões em obras de infraestrutura e R\$ 181 bilhões do setor de petróleo e gás. No Rio de Janeiro, estavam em risco mais de R\$ 100 bilhões.



27.03 – Participantes do evento na sede da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro

Verificação de serviços telefônicos motivou ida a matriz de empresa em Uberlândia



26.06 – Subcomissão da Telefonía é recebida na Algar

Em Uberlândia, a CFFC visitou a sede da empresa Algar Telecom, responsável pela prestação de serviços de telefonia fixa, celular, internet, banda larga e TV por assinatura para 800 mil consumidores em seis estados e no DF.

Constatou-se que a rede de telecomunicações da empresa ainda não estava 100% sustentada em fibra ótica. Com isso, a oferta de serviços apresentava-se aquém das necessidades dos clientes.

Possibilidade de prejuízos em obras de R\$ 80 milhões ocasionou visita a Goiânia



20.11 – Deputado Delegado Valdir verificou no local a situação de obras inacabadas na capital de Goiás

Missão da CFFC visitou obras que utilizam recursos do governo federal em Goiânia e se arrastam há anos, nas marginais Botafogo e Cascavel e na Avenida Leste-Oeste. A previsão é de que consumam R\$ 80 milhões. Há indícios de prejuízo aos cofres públicos.

Constataram-se falhas de cronograma que motivaram desencontros na execução das obras. Uma delas diz respeito ao calendário de desapropriações. Trechos construídos, por exemplo, estavam ao lado de outros que dependem da conclusão de processos iniciados.

Cidadãos de Buritis propuseram o fim das barragens irregulares no Rio Urucuia

Com o objetivo de efetivar a retirada de barragens edificadas sem autorização no curso do Rio Urucuia, desde 2013, a CFFC promoveu encontro na Câmara Municipal de Buritis, em novembro. Participaram técnicos, autoridades e cidadãos que informaram os prejuízos sofridos.

As barragens situam-se em Buritis e nas vilas localizadas em torno da cidade. O compromisso firmado inclui a ação de órgãos dos governos federal e estadual para coibir a irregularidade, além de destruir as barragens, que causaram a contaminação da água e problemas ambientais.



06.11 – Deputado Adelmo Leão na Câmara de Buritis

Seminário em São Paulo enfoca crise brasileira com base em experiência de outros países

Em São Paulo, a CFFC participou de seminário sobre a elaboração de uma agenda que permita ao Brasil enfrentar o período de crise. O evento foi promovido pela federação das indústrias de São Paulo, em novembro.

Com a parceria da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico da ONU, especialistas e autoridades, brasileiras e de outros países que viveram situações semelhantes, analisaram temas afins à crise.



05.11 – Empresários, ministros de Estado e convidados discutem a crise no País com base em experiências estrangeiras

Efeitos da crise internacional do petróleo na Bahia são temas de painéis em Salvador



23.11 - Seminário contou com participação de petroleiros

Instituições da Bahia convidaram a CFFC a participar de painel sobre reflexos da crise mundial na economia nacional durante o seminário Petróleo na Bahia: novos rumos, novas perspectivas, em novembro.

A crise econômica, ao afetar as principais economias, reduziu a compra de petróleo por países consumidores. A baixa remuneração de royalties prejudicou 40 municípios da Bahia.

Em viagem oficial, deputado Vicente Cândido participa de esforço para atrair investimentos

O presidente da CFFC visitou a China, em agosto, a convite do Banco do Brasil, em viagem oficial para atrair investimentos. Os encontros foram com o setor de engenharia e também com a maior empresa de agricultura do país asiático, que demonstrou interesse em investir no Brasil. Com autoridades esportivas, conversou sobre torneios entre os Brics



25-08 - Delegação presenteia camisa da seleção

Comissão foi à sede da Petrobrás no Rio para obter dados sobre contratos e desemprego



19.06 - Na sede do Sindicato dos Administradores, RJ, CFFC reúne-se com representantes da CUT, do Sindipetro/BA, dos Engenheiros da Petrobras e das Indústrias do Paraná

Encontro com trabalhadores do setor de petróleo no Sindicato dos Administradores antecedeu debate com diretores da Petrobras em que se cobrou o resgate dos compromissos socioeconômicos históricos da estatal.

A CFFC cobrou informações, expressando junto à diretoria da empresa petrolífera a preocupação sobre diminuição do nível de emprego, freada em investimentos, redução do ritmo de obras e suspensão de contratações existentes ou planejadas.

Na Brasfels, em Angra dos Reis, e na Transpetro, verificou-se a crise da indústria

Em mais uma ação do Fórum Permanente de debates para encontrar alternativas aos efeitos negativos da Operação "Lava-Jato", a Comissão esteve em setembro no município de Angra dos Reis para coletar dados sobre a indústria naval com a empresa Brasfels S. A.

Depois de não receber pagamentos da parte da empresa investigada Sete Brasil, o estaleiro Brasfels, responsável por construções navais de grande porte, demitiu mil dos seus oito mil empregados. Na Transpetro, em novembro, a CFFC colheu mais dados sobre a indústria naval.



18.09 – Em Angra dos Reis, empresa demitiu mil funcionários

Autoridades vêm à Câmara e trazem informações

Algumas visitas são protocolares, outras mediante convite ou convocação regimental

Inflação, juros, crédito, câmbio e orçamento



26.05 - Presidente do Banco Central reconhece problemas na política macroeconômica que afetaram a política fiscal

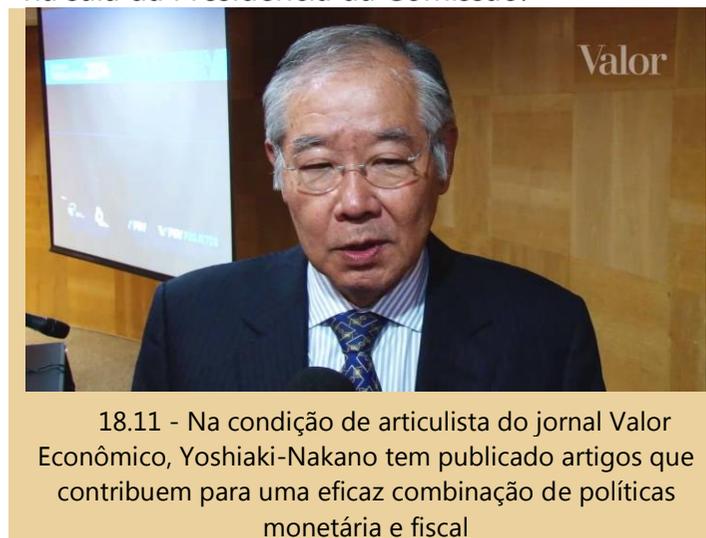
A CFFC, em reuniões formais ou informais, ouviu diversas autoridades que vieram à Câmara prestar esclarecimentos sobre atividades ou decisões de órgãos ou unidades sob seu comando. Algumas visitas de titulares ou representantes foram iniciativa das instituições.

O presidente do Banco Central falou sobre o cumprimento das metas monetárias (inflação e juros), creditícia e cambial em audiência promovida pela Comissão Mista de Orçamento, com a participação de mais cinco comissões, entre elas a CFFC, em maio.

Financiamento da dívida pública

A CFFC decidiu ouvir autoridades de instituições independentes em diversos temas. Para debater o financiamento da dívida pública frente à necessidade de crescimento econômico, convidou economista da Fundação Getúlio Vargas.

Uma combinação das políticas monetária e fiscal é receita da FGV. A audiência pública não se realizou porque houve convocação extraordinária de sessão da Câmara, mas deputados trocaram opiniões com o convidado na sala da Presidência da Comissão.



18.11 - Na condição de articulista do jornal Valor Econômico, Yoshiaki-Nakano tem publicado artigos que contribuem para uma eficaz combinação de políticas monetária e fiscal

Fundos previdenciários dos estados

O ministro da Previdência Social compareceu à audiência da CFFC que discutiu possibilidades de reorganização dos fundos previdenciários estaduais. Paraná, Minas Gerais e São Paulo são estados que, à época, estavam debatendo alterações na previdência dos servidores.

O ponto crucial da discussão foi a transferência de responsabilidades a cargo do fundo financeiro do Tesouro estadual para o Fundo Previdenciário, para o qual contribuem governo e servidores. Para isso, esclareceu o ministério, lei federal tem de ser alterada.



28.04 – Ex-ministro João Gabas falou sobre a reorganização dos fundos previdenciários estaduais, em audiência presidida pelo Deputado João Arruda (C)

Ampliação do programa Mais Médicos



29.04 – Ex-ministro Arthur Chioro explicou como o governo supre deficiência de médicos para atender a população, escolas e recursos da pasta

O então ministro veio a audiência pública para informar sobre programas do governo federal e a valorização da saúde. O evento foi convocado por três comissões: Seguridade Social, Relações Exteriores e Defesa Nacional, Fiscalização Financeira e Controle.

Sobre o programa Mais Médicos, criado em 2013 para atender municípios e distritos indígenas, o ministro disse que a contratação de cubanos é legal e supre deficiências na oferta de profissionais. Escolas de Medicina e recursos para a Saúde foram também discutidos.

Ministério prestou esclarecimentos sobre política externa e execuções de brasileiros na Indonésia

15.04 – Ministro das Relações Exteriores e de Defesa Nacional, Mauro Vieira (terno claro), em Audiência Pública, presta esclarecimentos sobre a política externa e as execuções de brasileiros na Indonésia

As execuções de traficantes brasileiros na Indonésia política externa brasileira. Esses temas trouxeram à Câmara o ministro das Relações Exteriores.

A convite da CFFC, em conjunto com a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, o ministro prestou esclarecimentos sobre a posição brasileira junto ao governo da Indonésia.

A posição brasileira foi de não contestar a repressão aos ilícitos praticados por brasileiros nem o direito ao julgamento com base em leis da Indonésia.

Havia, entretanto, uma série de compromissos internacionais assinados pelo Brasil contrários à pena de morte, a qual fundamentou a diplomacia brasileira a ser contrária à aplicação da penalidade, que não é prevista na nossa Constituição Cidadã de 1988.

Relativamente ao conjunto da política externa, o ministro informou que há uma complexa negociação entre Mercosul e União Europeia, que já dura 10 anos, para a instituição de acordos comerciais.

Os EUA, acrescentou o chanceler, também não conseguiram acordos com o Mercado Comum Europeu.

Polarização e crises não diminuem o ritmo

Número de reuniões deliberativas e de exame de propostas de fiscalização cresce

O ano de 2015, sabidamente, foi marcado por polarizações e crises, e essas em geral dificultam o desenvolvimento da produtividade e embaçam o exame criterioso dos fatos.

A CFFC encontrou caminhos para o debate e a construção de consensos, por vezes mínimos, e se conduziu de forma a tratar temas sensíveis sem diminuir o ritmo em uma conjuntura difícil.

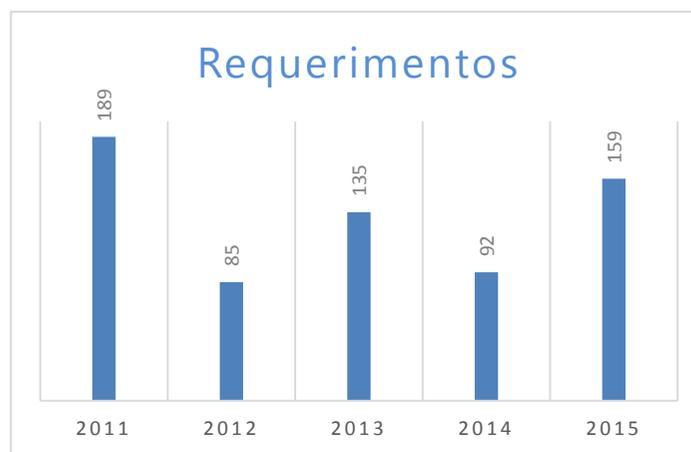
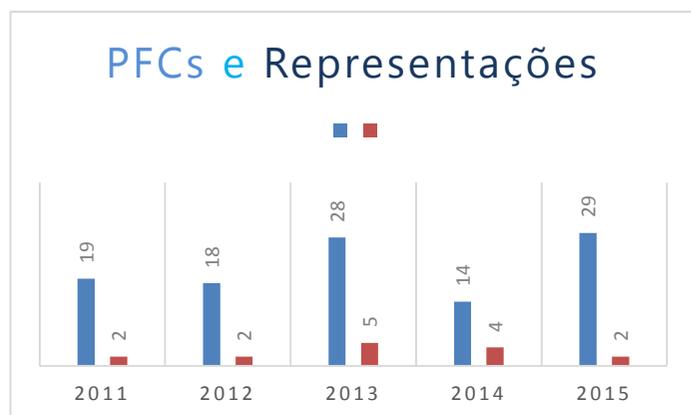
Ao contrário, o ritmo produtivo da Comissão acentuou-se, considerando-se os dois principais parâmetros da CFFC, na comparação dos anos 2001 a 2015.

Em relação à média da Legislatura anterior, o número de reuniões deliberativas ordinárias aumentou mais de 10%. O de propostas de fiscalização e controle, apreciadas 46,8%.

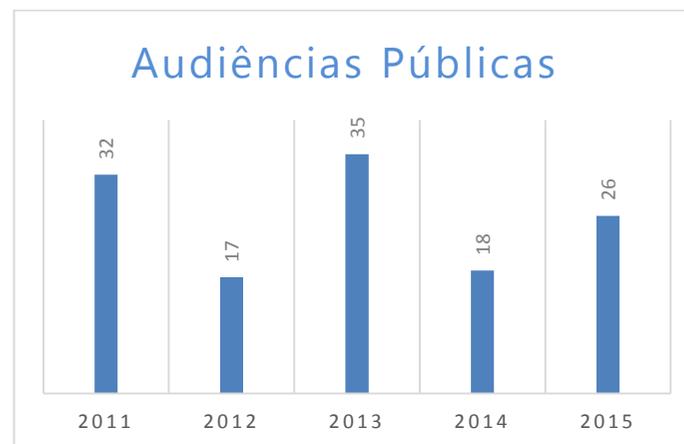
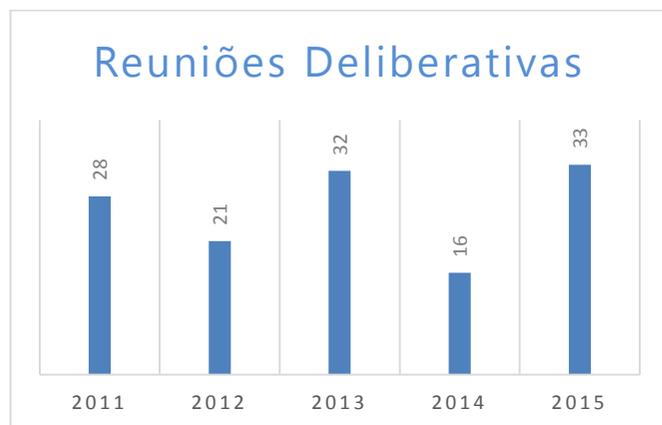
Veja os números da CFFC em 2015 quanto à apreciação de proposições

Proposta de Fiscalização e Controle			
Relatório Prévio		Relatório Final	Total
Implementação	Não-implementação	7	29
16	6		
Representação			
Parecer	Relatório Final	Total	
0	2	2	
Requerimento			
Aprovados	Rejeitados	Total	
153	6	159	
Sugestão de Emenda ao PLDO 2016 (PL 02/2015-CN)			
Aprovadas	Rejeitadas	Total	
4	0	4	
Sugestão de Emenda ao PLOA 2016 (PL 07/2015-CN)			
Aprovadas	Rejeitadas	Total	
4	0	4	
Sugestão de Emenda ao PPA 2016-2019 (PL 06/2015-CN)			
Aprovadas	Rejeitadas	Total	
2	0	2	

Propostas de fiscalização e controle, representações e requerimentos de 2011 a 2015



Quantidade de reuniões deliberativas e audiências públicas nos últimos cinco anos



Diversas proposições não puderam ainda ser apreciadas

A Comissão recebe inúmeras proposições que não sofrem deliberação por motivos diversos. São assuntos tratados em outras propostas já apreciadas, retiradas pelos autores, prejudicados por alguma incorreção técnica.

Dos 183 requerimentos apresentados, por exemplo, 12 aguardavam entrada na pauta de deliberações para serem apreciados.

Diversas PFCs estão em fase de exame por parte dos relatores designados, ou permaneceram no TCU durante o ano de 2015 para cumprimento de diligências solicitadas pela Comissão à corte de contas.

Alguns requerimentos terão de ser reapresentados. A apreciação de novas PFCs e daquelas em andamento continua em 2016.

Emendas favorecem órgãos essenciais

CFFC apresentou propostas que aperfeiçoassem o MPF, a CGU, o TCU e a AGU

Cada Comissão Permanente pode apresentar quatro emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual. Para o orçamento de 2016, a CFFC apresentou propostas para o aperfeiçoamento das ações de quatro órgãos essenciais.

São eles: Advocacia-Geral da União, Controladoria-Geral da União, Ministério Público da União – em dois ramos, o Federal e o do Trabalho – e o Tribunal de Contas da União.

A emenda 50310001 destinou recursos para a modernização da AGU, especialmente no aprimoramento dos recursos tecnológicos disponíveis aos advogados públicos federais.

Em benefício da CGU, a emenda 50310002 visou ao fortalecimento das ações de prevenção à corrupção e de promoção da transparência governamental. Além da fiscalização e controle da aplicação dos recursos públicos federais.

Em apoio ao Ministério Público Federal e ao Ministério Público do Trabalho, a emenda 50310003 destinou-se, respectivamente, à missão constitucional de fiscalização da aplicação da Lei e à promoção dos direitos sociais dos trabalhadores.

Para o TCU, a 50310004 prezou o controle externo com a efetividade constitucional.



01.10 - Presidente do TCU, Aroldo Cedraz, apresentou as iniciativas de inovação, como digitalização de processos e abertura de dados



Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização aprova orçamento sancionado sem vetos pela Presidente Dilma

Sugestões de Emendas ao Plano Plurianual e à Lei de Diretrizes Orçamentárias



Reuniões da CMO na Câmara antecedem a discussão das leis orçamentárias. Procura-se conhecer necessidades e projetos

Antes das emendas com modificações ao projeto de lei do orçamento de 2016, a CFFC apresentou duas modificações ao texto do projeto do Plano Plurianual e nove alterações ao projeto de lei das diretrizes ao orçamento 2016.

A apresentação de emendas aos projetos das chamadas peças orçamentárias (PPA, LDO e LOA) é uma das principais responsabilidades do Legislativo. A CFFC atuou para fortalecer os valores da transparência, fiscalização e controle.

PPA

O Plano Plurianual, com validade de quatro anos, 2016-2019, estabeleceu as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal e os programas de duração continuada.

As duas emendas modificativas da CFFC ao projeto do PPA propuseram alterações quanto à disponibilidade de informações na Internet e à vinculação de indicadores com resultados.

A primeira incluiu a necessidade de divulgação de índices relativos a indicadores, de números anuais alusivos às metas e das variáveis macroeconômicas que embasaram o Plano, o que propicia melhor avaliação dos resultados.

A segunda conceituou indicador como referência que permita identificar e aferir periodicamente resultado ou desempenho.

LDO

A Lei de diretrizes orçamentárias consubstanciou as prioridades e dispôs limites para a elaboração da lei orçamentária 2016.

Uma das emendas ao PLDO abriu caminho ao aperfeiçoamento do sistema AGU de inteligência jurídica para que o órgão pudesse se integrar ao processo eletrônico nacional.

Outra iniciativa da Comissão facilitou a possibilidade de criação de um sistema que permita acompanhamento centralizado e unificado das obras públicas, objeto de acórdãos do TCU.

Entre as nove, foram apresentadas emendas para melhorar a contratação de obras públicas.

Equipe Técnica

Secretário Executivo

Luiz Paulo Pieri

Antônio Gomes de Aguiar Neto

Antônio Ribamar Aguiar de Castro

Debora Ferreira de Andrade Fernandes

Dorgil Marinho da Silva Brandão

Jair Francelino Ferreira

Jayme Antônio de Souza Junior

José Henrique Freitas Gonçalves de Araújo

Jurandyr Candido Nascimento Mello Filho

Kátia Isabelli de Bethania Melo de Souza

Marcia Maria Franca Souza

Monica Lucia Rique Fernandes

Estagiários

Sabrina Rocha Freire Vieira de Albuquerque

Raquel Morette Lima

Pró-adolescentes

Elen Cristina de Brito Pereira

Wilian Rodrigues de Sousa

Fotos - créditos

Câmara dos Deputados

Alex Ferreira – 28.04 e 26.5

Cleia Viana – 09.12

Gabriela Korossy – 25.07

Gustavo Lima – 03.12

Luís Macedo – 14.07, 01.10, 18.11, 03.12, 09.12

Lúcio Bernardo Jr – 25.03, 29.04, 21.05, 27.08, 01.07, 04.11

Zeca Ribeiro – 28.04, 13.05, 20.05, 11.06, 03.12, 09.12

Acervo CFFC

18.03, 27.03, 15.04, 28.04, 07.05, 12.05, 21.05, 20.06, 02.07, 07.07, 15.07, 25.08, 27.08, 28.08, 10.09, 18.09, 01.10, 06.11, 12.11, 18.11, 25.11

Organização do evento – 05.11, 23.11

Internet - liberados – Takano, José de Alencar, Mário Covas

Produção Editorial

Produção Editorial
Impressão e Acabamento
Impresso em
Formato
Tipografia Miolo
Tipografia Capa
Papel Miolo
Papel Capa
Acabamento Capa

Comissão de Fiscalização Financeira e Controle
Gráfica da Câmara
Março de 2016
23 x 23
Segoe UI
Segoe UI
Couché fosco 115g
Couché fosco 300 g
Laminação Boop e verniz localizado nas fotos

**Comissão de Fiscalização
Financeira e Controle
2015**

